

# CADERNO DE ENCARGOS

## CONSULTA PRÉVIA

“AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA VERTICAL – MUNICIPIO DE  
SINES”

PROCESSO N.º 2023/300.10.005/1271

ÍNDICE

<b>PARTE I.....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Vigência do Contrato.....	5
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I - Obrigações do Fornecedor .....</b>	<b>5</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo do Fornecimento.....	6
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Local do Fornecimento.....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Garantia dos bens.....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Seguros.....	6
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo .....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo .....	7
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Preço contratual .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Preço base.....	8
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Adiantamentos .....	9
<b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Penalidades Contratuais .....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Força maior.....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Resolução do contrato .....	10
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....</b>	<b>10</b>
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Caução.....	11

Cláusula 20. <sup>a</sup> - Foro competente .....	11
<b><i>CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</i></b>	<b>11</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	11
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos.....	11
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	11
Cláusula 25. <sup>a</sup> - Atributos da Proposta .....	12
<b><i>PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO</i></b>	
<b><i>.....</i></b>	<b>13</b>
Cláusula 26. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas .....	13

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de sinalização rodoviária vertical para o Município de Sines, nas condições previstas nas especificações técnicas definidos na Parte II do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Nos termos do art.º 95.º do CCP o contrato será reduzido a escrito.
2. O contrato produzirá efeitos a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica, sendo condição de eficácia a sua publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 127.º do CCP.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Fornecedor**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a) Realizar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
  - b) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;
  - c) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução da prestação de serviços;
  - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.

2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O prestador de serviços deverá indicar o seu interlocutor com o Município de Sines, que deve acompanhar a execução dos trabalhos inerentes à prestação dos serviços, devendo ser disponibilizados os seus contactos telefónicos e endereço de correio eletrónico;

#### **Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento**

O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do caderno de encargos pelo prazo de 20 (vinte) dias após envio da requisição externa pelos serviços da Câmara Municipal de Sines.

#### **Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento**

1. O fornecedor obriga-se a entregar os bens nas instalações da Câmara Municipal de Sines – Armazém, sito na Zil II Lote 247, 7520 – 309 SINES.
2. O fornecedor é responsável pelas despesas com o transporte e entrega dos bens objeto do contrato.

#### **Cláusula 7.ª – Garantia dos bens**

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, os bens fornecidos devem ter uma garantia mínima de 3 (três) anos, e essa garantia deve abranger a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes. A substituição deverá ser efetuada em prazo a acordar entre o cocontratante e o gestor do contrato.

#### **Cláusula 8.ª – Seguros**

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura através de contratos de seguros dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício.

## **Subsecção II - Dever de sigilo**

### **Cláusula 9.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 10.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 11.ª - Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do fornecedor.

#### **Cláusula 12.ª - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 27.500,00 € (vinte e sete mil e quinhentos euros)**, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

#### **Cláusula 13.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 9.ª, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos faseados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 14.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.



#### **Cláusula 15.ª – Adiantamentos**

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 16.ª – Penalidades Contratuais**

1. Nos termos do disposto no artigo 329.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sines pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual.
2. Considera-se incumprimento a execução dos serviços em desconformidade com o descrito na parte II – Cláusulas relativas aos aspetos da execução do contrato.
3. A sanção aplicada será descontada na(s) fatura(s) por liquidar ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 18.ª - Resolução do contrato**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor.

### **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 19.ª – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

#### **Cláusula 20.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 21.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 22.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.ª – Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

#### **Cláusula 25ª - Atributos da Proposta**

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

## PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Cláusula 26.ª – Especificações Técnicas

O presente procedimento tem como objeto a aquisição de sinalização vertical para colocação da sinalética de trânsito no Concelho de Sines e para substituição da sinalização existente, que se encontra degradada, ou vandalizada.

#### Características técnicas:

- Sinais em chapa de alumínio de 2 mm, aba dupla, tamanho normal via urbana (**60 cm**);
- Telas Retrorrefletoras High Intensity da 3M - Scotchlite H.I. – Nível 2;
- Abraçadeiras c/ estrias anti rotação de Ø1"1/2 em alumínio;
- Parafusos cabeça sextavada M8 (sistema auto bloqueantes) acabamento cadmiado;
- Anilhas chapa plana M8 acabamento cadmiado;
- Porcas sextavada M8 acabamento cadmiado;
- Topos em PVC para tubos de Ø1"1/2.

**Não se pretende o fornecimento de prumos nem a sua colocação**, somente os materiais discriminados em epígrafe.

A sinalização pretendida é a seguinte:



C13 - Quantidade – 6



B1 - Quantidade – 25



C13 – Quantidade – 6



C13 – Quantidade – 6



C15 - Quantidade – 30



H1a - Quantidade – 30



Modelo 11d - Quantidade – 30



H4 – Quantidade - 15



H7 – Quantidade - 30



C 2 – Quantidade - 10



B2 – Quantidade - 25



C1 – Quantidade - 25



A5 – Quantidade - 6



A6 – Quantidade - 6



A9 – Quantidade - 6

excepto cargas e  
descargas

Modelo 10 b – Quantidade - 20



H3 – Quantidade - 10



D3a – Quantidade - 15



D3b – Quantidade - 15



D1a – Quantidade - 15





D1b – Quantidade - 15



D4 – Quantidade – 26



C11a – Quantidade - 10



C11b – Quantidade - 10



D2a – Quantidade – 4



D2b – Quantidade – 4



O7a – Quantidade – 16



O7b – Quantidade - 16



O6a – Quantidade - 10



TV4b – Quantidade – 10



TV4a – Quantidade – 10



C6 – Quantidade – 10



C6 – Quantidade – 6



C6 – Quantidade – 6



A3b – Quantidade – 6



A3a – Quantidade – 6



AT11 – Quantidade – 6



AT4 – Quantidade – 10



AT12 – Quantidade – 10



D7f – Quantidade – 10



H20a – Quantidade – 20



H20c – Quantidade – 10



C8 – Quantidade – 4



C9 – Quantidade – 4



C12 – Quantidade – 6



Placa adicional Modelo 12d – Quantidade – 10



Placa adicional Modelo 10ª – Quantidade – 6



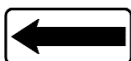
TV1 com tripés – Quantidade 4



Placa Adicional Modelo 7d – Quantidade - 6



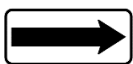
Placa Adicional Modelo 11c – Quantidade - 10



Placa Adicional Modelo 3 a – Quantidade – 10

só cargas e descargas

Placa Adicional Modelo 19 a – Quantidade – 10



Placa Adicional Modelo 3 c – Quantidade – 10



B7 – Quantidade – 15



A 14 – Quantidade – 10



A 25 – Quantidade – 6



AT 15 – Quantidade – 10

**Resumo da quantidade:**

Sinais de proibição – 139

Sinais de Perigo – 61

Sinais de Informação – 115

Sinais de Obrigação – 104

Sinais Complementares – 42

Painéis Adicionais - 112

Sinais de Cedência Passagem – 50

Sinais Temporários - 60

**TOTAL - 683**